

DISCURSO PRESIDENCIAL: ENTRE HEGEMONIAS E RESISTÊNCIAS

Denise Silva Macedo (UnB)¹

DOI 10.26512/discursos.v3i3.2018/20818

Data de submissão: 9 de outubro de 2018

Data de aceite: 10 de novembro de 2018

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar, na perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), um discurso nodal proferido em cenário de globalização e de avanço neoliberal no Brasil. Trata-se do discurso de posse da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, por ocasião de sua reeleição em 2014. Teve como lema *Pátria Educadora* e, como foco, o relacionamento entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Na perspectiva da ADC, esse discurso sugere o alinhamento presidencial ao neoliberalismo dos mercados centrais ao tratar de temas como educação e logística, mas indica também uma visão de empoderamento desses cinco países, visando ao reequilíbrio de forças dos blocos globais. Esse aspecto de resistência representa a face positiva dos diálogos de poder entre os agentes sociais. Certamente, não é possível apresentar todos os detalhes e as várias perspectivas de reflexão de um discurso nodal. Por isso, há ênfase no contexto de produção e de circulação desse discurso, nos movimentos da argumentação conforme os princípios da matriz retórica brasileira e nas marcas de alinhamento e de resistência ao avanço neoliberal no Brasil à luz de conceitos característicos dos discursos das sociedades contemporâneas e de categorias de análise da ADC.

Palavras-chaves: Globalização. Neoliberalismo. Discurso presidencial. Discursos de resistência.

Abstract: The main goal of this article is to analyze, from the perspective of Critical Discourse Analysis (CDA), a nodal discourse pronounced in a scenario of globalization and neoliberal advancement in Brazil. This is the inaugural speech of the former President of Brazil, Dilma Rousseff, on the occasion of her re-election in 2014. Her motto was "Educator Country" and, as a focus, the relationship between Brazil, Russia, India, China and South Africa. From the perspective of the CDA, this discourse suggests the presidential alignment with the neoliberalism of the central markets when dealing with issues such as education and logistics, but also indicates a vision of empowerment of these five countries, aiming at rebalancing the forces of global blocks. This aspect of resistance represents the positive face of power dialogues among social agents. Of course, it is not possible to present all the details and the various perspectives of reflection of a nodal discourse. Therefore, there is an emphasis on the context of the production and circulation of this discourse, on the movements of argumentation according to the principles of the Brazilian rhetoric matrix and on the marks of alignment and resistance to the neoliberal advance in Brazil in the light of characteristic concepts of the discourses of contemporary societies and of CDA analysis categories.

Keywords: Globalization. Neoliberalism. Presidential speech. Speeches of resistance.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar, en la perspectiva del Análisis de Discurso Crítico (ADC), un discurso nodal proferido en escenario de globalización y de avance neoliberal en Brasil. Se trata del discurso de posesión de la ex presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, por la ocasión de su reelección en 2014. Tuvo como lema *Patria Educadora* y, como foco, la relación entre Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica. En la perspectiva de la ADC, este discurso sugiere la alineación presidencial al neoliberalismo de los mercados centrales al tratar de temas como educación y logística, pero indica también una visión de empoderamiento de esos cinco países, buscando el reequilibrio de fuerzas de los bloques globales. Este aspecto de resistencia representa la cara positiva de los diálogos de poder entre los agentes sociales. Ciertamente, no es posible presentar todos los detalles y las diversas perspectivas de reflexión de un discurso nodal. Por eso, hay énfasis en el contexto de producción y de circulación de ese discurso, en los movimientos de la argumentación conforme a los principios de la matriz retórica brasileña y en las marcas de alineamiento y de resistencia al avance neoliberal en Brasil a la luz de conceptos característicos de los discursos de las sociedades contemporâneas y de las categorías de análisis de la ADC.

Palabras clave: Globalización. Neoliberalismo. Discurso presidencial. Discurso de resistencia.

¹ Doutora e Mestre em Linguística pela UnB. Membro do Centro de Pesquisa em Análise do Discurso (Cepadic).

Introdução

Discursos nodais são aqueles de grande alcance, oriundos de posições de poder e suportes a outros discursos. Seu poder aguça seus efeitos sociais, por isso, merecem ser investigados. Neste artigo, investigo, na perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), o discurso de reeleição da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, proferido em 2015, objetivando identificar em que grau e em quais aspectos discursivos a agenda governamental reeleita alinhou-se ou resistiu às forças do neoliberalismo dos mercados centrais que avançam na América Latina em contexto de globalização e seus impactos na sociedade.

Inevitavelmente, portanto, tornam-se centrais, à minha argumentação, os conceitos de *globalização* e de *neoliberalismo*. Lanço mão das definições de *globalização* de Fairclough (2006b) e de Giddens (1991), o que significa que meu contexto de análise desse discurso presidencial é aquele da intensificação de relações sociais mundiais em processos e em conectividades complexos. Como meu foco está nos aspectos neoliberais dos discursos públicos, falarei em *globalismo* ou em *discurso globalista*, e não em *globalização*, para me referir à interpretação neoliberal da globalização: “uma estratégia de sequestro da globalização a serviço de interesses nacionais e corporativistas particulares.” (FAIRCLOUGH, 2006a, p. 7).

Fairclough (2003) argumenta que o neoliberalismo – por sua vez, projeto político concebido para facilitar a reestruturação e a reescala das relações sociais conforme as demandas de um capitalismo global desenfreado – tem sido imposto a vários países do globo como o melhor caminho para o desenvolvimento das nações em cenários globais. Para ele, o neoliberalismo: 1) levou a ataques radicais à previdência social universal; 2) reduziu as proteções contra os efeitos de mercados com os quais os estados de bem-estar proviam as pessoas; 3) conduziu à divisão crescente entre ricos e pobres; 4) intensificou a exploração do trabalho; 5) produziu um imperialismo novo, no qual agências financeiras internacionais tuteladas dos EUA e seus aliados ricos impõem reestruturação dos sistemas nacionais a países menos afortunados, inclusive, enfraquecendo democracias.

Essas consequências apontadas por Fairclough são amplamente debatidas no Brasil hoje. São defendidas por alguns como inevitáveis e positivas e denunciadas por outros como políticas de desmonte do Estado. Ocupam o centro das discussões na mídia, nas redes sociais, nos plenários.

Investigar os pontos de tangenciamento e de resistência de um discurso governamental pode ajudar a situar um plano de governo com foco em políticas sociais nos jogos de tensão dos mercados globais neoliberais. Este estudo não desconsidera nem dicotomiza a complexidade dos

jogos políticos em cenários globalizados. O que ele faz é revelar traços de hegemonias e de resistências em um discurso nodal, por sua vez, um momento social entre outros, apontando seus efeitos sociais. Além de uma adequada explicação, ele precisa de uma explicação política, que é o que tento fazer após as análises, nas Considerações Finais, igualmente embasada em fundamentações linguísticas, levantando hipóteses discursivas. Como defende van Dijk (1997), a complexidade dos fatos envolvidos em um discurso político² vai além da análise discursiva.

Os principais estudos em ADC que norteiam este artigo são os de Fairclough (2000, 2001, 2003, 2006 a e b e 2010) e de van Dijk (1997). A escolha da ADC como teoria e como método justifica-se pela possibilidade que ela abre de explorar a dialética entre discursos e práticas globalistas hegemônicas e identificar pontos de resistência. Abordagens em ADC são importantes porque, nessa perspectiva, o analista do discurso é posicionado e deve formular pesquisas que exerçam ações de contrapoder, de contraideologia, de resistência à opressão social de modo linguisticamente fundamentado.

Globalização e neoliberalismo: o contexto

Começo por considerar a natureza da globalização sob duas definições que servem à minha discussão: o giddeano e o faircloughiano. Giddens (1991, p. 64) e Giddens, Lash e Beck (2012, p. 91) definem *globalização* como intensificação e expansão de relações sociais mundiais que, dialeticamente, geram transformações locais: o que acontece em determinado local é influenciado por fatores – como mercados mundiais de moeda e de mercadorias – que operam em uma distância indefinida daquele mesmo local. Fairclough (2006b, p. 3), por sua vez, concorda com a definição de globalização como processo e como conectividade complexa. Dois conceitos dessas definições me são fundamentais: relações mundiais e conectividade. Ambos me permitem argumentar a influência hegemônica de políticas econômicas externas e de organismos financeiros internacionais em suas relações com as políticas públicas brasileiras, por meio de conexões internacionais entre Brasil e mercados centrais – países que têm alto nível de desenvolvimento econômico, social e industrial, principalmente, Estados Unidos – nessas teias de conectividade e de fluxos mundiais. Fairclough (2003) considera que a luta entre forças políticas pode ser vista parcialmente como uma contenção de reivindicações e de representações particulares do mundo para adquirir *status* universal. Para ele, representações da globalização e

² Para saber mais sobre o que caracteriza um discurso político, ver van Dijk (1997). Todos os critérios de tal gênero textual, do ponto de vista discursivo, estão claros no discurso de reeleição de Dilma Rousseff.

da mudança econômica global constituem bons exemplos de reivindicações e de representações hegemônicas.

Considerando fundamentais os estudos da globalização no âmbito da ADC, Fairclough (2006a e b; 2010) explora discursos globalistas e pergunta: por que uma abordagem da globalização com foco na linguagem? Porque redes, conexões e interações em nível mundial incluem formas particulares de comunicação especializada em transações transnacionais e inter-regionais familiares a todos no planeta, assim como geram fluxos também de outros discursos igualmente familiares, como o neoliberal, que defende, entre outras ideias, a de que mercados são autorregulamentados e a de que o Estado é apenas um facilitador que não interfere, ou não deveria interferir, nesse mesmo mercado, o que mostra a relação dialética entre processo de globalização e discurso de globalização. Fairclough (2006a, p. 3) chama a atenção para a relação entre esse processo e esse discurso: discursos de globalização representam processos globalizantes, mas também os moldam, como os discursos neoliberais, que dão forma particular a processos econômicos globais e são formados por esses mesmos processos. Esse é o caráter dialético entre linguagem e sociedade.

O discurso neoliberal, como um discurso globalista, define *globalização* como o inevitável avanço do capitalismo de livre mercado. Ao assumir esse pressuposto, reduz o fenômeno a um aspecto puramente econômico. É nessa mesma perspectiva que Hirst e Thompson (1998, p. 11) dizem que a ideologia da globalização funciona como conveniente cortina de fumaça e que os governos têm se servido dessa ideologia para isentarem-se de responsabilidade por tudo o que de negativo acontece na economia, atribuindo todo aspecto negativo a forças supranacionais, como tais, fora de seus controles. Na mesma linha, Mulderrig (2016, p. 100) diz que a força da retórica da globalização reside precisamente na sua autoapresentação como um desafio abstrato a ser superado e não como processos de desenvolvimento capitalista impulsionados por agentes identificáveis. Finalmente, para Fairclough (2006a), a resiliência do discurso globalista está em sua capacidade de ser sustentado por mudanças em um grupo de discursos como resposta a novas circunstâncias e a novos desafios.

O globalismo – para Fairclough (2010 e 2006a), a mais poderosa estratégia internacional discursiva de propagação da globalização e da economia global, afinada com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (Bird), o Consenso de Washington, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) –, fundamenta-se em seis argumentos: 1) globalização é processo de liberalização e de integração de mercados em nível global; 2) globalização é irreversível e é inexorável; 3) não há responsáveis pela globalização; 4) globalização é universalmente benéfica; 5) globalização fortalece a

democracia em nível mundial; 6) globalização pressupõe guerra contra o terror. Por isso, as perguntas fundamentais que Fairclough (2006a) faz são: por que esse discurso e não outro? Como esse discurso foi operacionalizado e implementado? Essas perguntas são importantes porque apontam para o caráter dialético da relação entre discursos e outros momentos das práticas sociais.

Desse modo, a análise que faço aqui procura apontar o quanto discursos oriundos de posição hegemônica em cenários de globalização contêm elementos que são reafirmados e largamente sustentados em outros discursos. São, tanto elementos de discursos hegemônicos, quanto elementos de discursos de resistência. Sugere também como os governos das sociedades pós-modernas dão atenção sem precedentes a como suas políticas e suas ações são representadas discursivamente.

Análise de Discurso Crítica: articulações e transdisciplinaridade

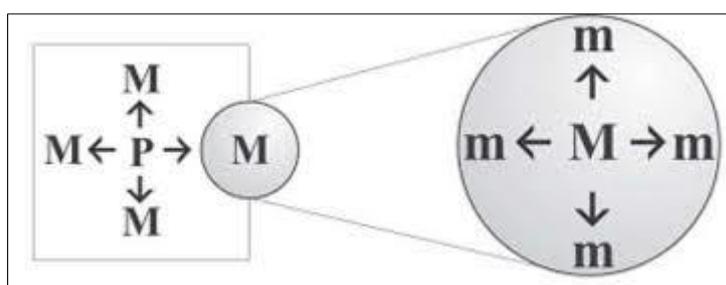
Minha abordagem considera a articulação entre Análise de Discurso Crítica (ADC) – conjunto de abordagens científicas interdisciplinares e transdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social –, Economia Política Cultural (EPC) e Economia Baseada no Conhecimento (EBC) para enfatizar, no discurso, a relação entre economia, política e cultura e a incorporação do conhecimento a novos produtos e a novos serviços oferecidos no mercado internacional. Considera também os conceitos de governança e as teorias do gênero textual discurso político. A transdisciplinaridade da ADC é garantida pelo diálogo com a Sociologia de Giddens (1991) e com a Economia Política de Bob Jessop (2015).

Se linguagem é globalizada e globalizante, a ADC dá conta de revelar essa dialética entre linguagem e sociedade. Na perspectiva do neoliberalismo, ADC é, tanto uma contribuição à Pesquisa Social Crítica sobre a linguagem como centro do modo de produção do novo capitalismo, como a teoria que traz os esclarecimentos das relações entre discursos e outros elementos sociais. Ela é teoria e é método para mapeamento de conexões entre o uso da linguagem e as relações de poder nas sociedades capitalistas. É teoria e método porque não apenas propõe uma reflexão teórica acerca do funcionamento da linguagem em práticas sociais, como também propõe enquadres analíticos para a análise de textos. Parte desse enquadre analítico se dá por meio da aplicação de conceitos e de categorias de análise.

Minha análise considera o discurso (M = recursos semióticos e modos particulares de uso da linguagem) parte da prática social e o posiciona ao lado da atividade material (M = atividades

políticas), das relações sociais de poder e de luta hegemônica (M = relações políticas entre políticos, cidadãos e a própria sociedade) e do fenômeno mental (M = atores políticos em suas crenças, valores, experiências e conhecimentos), em permanente articulação e internalização. Resende e Ramalho (2004, p. 194) propõem que “o momento discursivo (M) de uma prática (P) é o resultado da articulação de recursos simbólicos/discursivos (como gêneros, discursos, vozes), articulados com relativa permanência como momentos (m) do Momento (M) do discurso”:

Figura 1 – Articulação interna de cada momento da prática social, conforme Resende e Ramalho (2004)



Fonte: Resende e Ramalho (2004, p. 194).

Assuntos de luta de classes, de pobreza, de desemprego, de desmontes de Estados de bem-estar social em favor do mercado, assim como de agudização da globalização da economia estão na pauta. A ADC permite mais discernimento em relação a amplos processos discursivos das agendas políticas estabelecidas, assim como das relações entre políticos, mídia e opinião pública. Políticas sociais não são apenas propriedades abstratas de governos. São materializadas em leis, em regulamentações, em gêneros dos discursos políticos e jurídicos (VAN DJIK, 1997). Logo, são textualmente mediadas. Daí a produtividade da ADC. No espírito contemporâneo de abordagens em ADC, minha análise crítica de discurso lida com poder político, inclusive, com formas de resistência política.

Economia Política Cultural (EPC), por sua vez, é uma abordagem transdisciplinar emergente do estudo da Economia Política para aumentar seu poder interpretativo e explicativo. Originou-se em uma síntese da ADC, da Economia Política Crítica, da Teoria do Estado, da Economia Política Internacional neogramsciana e dos estudos de regulamentação, de governabilidade e de governança. A EPC não separa cultura da política ou da economia. Em vez disso, enfatiza que as esferas econômicas e políticas são sempre culturais. Ela aposta na inerente improbabilidade da acumulação estável de capital com base somente nas forças de mercado.

Combinando a ADC com a abordagem de Bob Jessop (2015) para EPC, Fairclough (2006b) considera que condições sociais, políticas e econômicas são também culturais, além de discursivas. Portanto, o ponto-chave da mudança socioeconômica é que ela é uma questão de mudança nas relações entre instituições e o que Fairclough (2006a, p. 3) chama de mundo da vida, o qual conecta economia, governança, cultura e discurso de novos modos. Van Dijk (1997) endossa dizendo que a política não envolve apenas atores, eventos, relações, práticas políticas, mas também características sociais, econômicas e culturais.

Economia Baseada no Conhecimento (EBC), por seu turno, é uma estratégia econômica e um novo paradigma da economia global em que o conhecimento é incorporado a novos produtos e a novos serviços. É um traço discursivo neoliberal que eleva o conhecimento ao mesmo nível de outros fatores de produção. Controlar a produção de conhecimento técnico é importante para a produção sistemática de patentes e para a monopolização do mercado. A EBC pode ser vista como uma estratégia econômica e um novo paradigma da economia global e como um discurso nodal. Fairclough (2006b, p. 48) faz a ressalva de que a estratégia discursiva da EBC não é inerentemente globalista ou neoliberal porque pode vir acompanhada de discursos de inclusão social ou de modernização, mas a emergência da EBC como estratégia internacional se deve a estratégias protecionistas norte-americanas contra a União Europeia e o leste da Ásia. Logo, sua versão dominante é globalista.

Conceito-chave de minha análise é o de *governança*, processo que envolve os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditoria independente e conselho fiscal no processo de gestão de uma empresa. Gira em torno da ideia de parceria entre diferentes interesses e interessados no governo e na regulação de domínios públicos e privados. Esses interessados estão associados a ideias de democracia participativa – participação ou consulta aos cidadãos afetados por políticas relevantes –, mas estão associados também a ideias de descentralização, que Fairclough (2006b) chama de *parceria de governo* ou *governança por parcerias*.

Finalmente, como gênero textual, o discurso presidencial pode pertencer a três categorias fundamentais: 1) os de falar bem (gênero epidídico ou laudatório): destinam-se a elogiar pessoas ou situação; mobilizam valores e crenças em função de uma causa comum; 2) gênero propaganda: destina-se a conservar os adeptos de uma causa que já foi ganha; 3) gênero deliberativo (ou judiciário): destina-se a convencer ou a persuadir o auditório a adotar uma determinada postura (BONFIM, 2004, p. 37). Para o historiador brasileiro Antonio Barbosa (2004), é de conhecimento geral que os discursos políticos tendem a ocultar, mais do que a revelar. Eles emitem sinais, em vez de afirmações imperativas. Daí a produtividade de sua análise.

Com essa articulação, analisarei um discurso presidencial naquilo em que ele se alinha e naquilo em que ele se afasta das demandas hegemônicas globais. Minha análise dá-se à luz das seguintes categorias de análise da ADC e de conceitos propostos por Fairclough (2003, 2001), os quais apontam mudanças discursivas no interior das mudanças sociais das sociedades contemporâneas:

- Avaliação – categoria de análise que se refere a apreciações ou a perspectivas do locutor sobre aspectos do mundo. Relaciona-se com o que é expresso como bom ou ruim, desejável ou não, em um texto. Para ele, o modo como as pessoas se expressam nos textos é uma parte importante da maneira como elas se identificam e estruturam identidades.
- Modalidade – categoria de análise que se refere ao grau de afinidade do falante com uma proposição. Pode ser subjetiva (explícita), ou objetiva (implícita).
- Tecnologização – conceito para a constituição de sistemas de especialidades cujos domínios são as práticas discursivas das instituições, sobretudo, as públicas. Relaciona-se à tendência das sociedades modernas, cada vez mais mercantilizadas, ao controle cada vez maior da vida das pessoas, nas instâncias públicas e privadas, pelo discurso dos especialistas.
- Democratização – conceito para a retirada de desigualdades e de assimetrias dos direitos, das obrigações e do prestígio discursivo e linguístico dos grupos de pessoas.

Eis, portanto, parte do discurso de posse da ex-presidenta do Brasil por ocasião de sua reeleição. Os excertos abaixo selecionados se justificam por estarem mais voltados ao que investigo neste artigo: alinhamento e resistência a poderes neoliberais hegemônicos.

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. (...) Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar. A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo. Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção. (...) Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. (...) Assim como provamos que é possível crescer e distribuir renda, vamos provar que se pode fazer ajustes na economia sem revogar direitos conquistados ou trair compromissos sociais assumidos (...) Temos consciência que a ampliação e a

sustentabilidade das políticas sociais exige equidade e correção permanente de distorções e eventuais excessos. Vamos, mais uma vez derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura. (...) Daremos prioridade ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, estimulando e fortalecendo as parcerias entre o setor produtivo e nossos centros de pesquisa e universidades. (...) Com o Programa de Investimentos em Logística, demos um passo adiante, construímos parcerias com o setor privado, implementando um novo modelo de concessões que acelerou a expansão e permitiu um salto de qualidade de nossa logística. Asseguramos concessões de aeroportos e de milhares de km de rodovia e a autorização para terminais privados nos portos. Um Brasil mais competitivo está nascendo também, a partir dos maciços investimentos em infraestrutura, energia e logística. Desde 2007, foram duas edições do Programa de Aceleração do Crescimento - o PAC-1 e o PAC-2 (...) Agora, vamos lançar o 3º PAC, o 3º Programa de Aceleração do Crescimento e o segundo Programa de Investimento em Logística. Assim, a partir de 2015 iniciaremos a implantação de uma nova carteira de investimento em logística, energia, infraestrutura social e urbana, combinando investimento público e, sobretudo, parcerias privadas. Vamos aprimorar os modelos de regulação do mercado, garantir que o mercado privado de crédito de longo prazo, por exemplo, se expanda. Garantir também que haja sustentação para os projetos de financiamento de grande vulto. (...) Gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA! Trata-se de lema com duplo significado. Ao bradarmos "BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA", estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano. Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade. Ao longo deste novo mandato, a educação começará a receber volumes mais expressivos de recursos oriundos dos royalties do petróleo e do fundo social do pré-sal. Vamos continuar expandindo o acesso às creches e pré-escolas garantindo para todos, o cumprimento da meta de universalizar, até 2016, o acesso de todas as crianças de 4 e 5 anos à pré-escola. Daremos sequência à implantação da alfabetização na idade certa e da educação em tempo integral. Condição para que a nossa ênfase no ensino médio seja efetiva porque através dela buscaremos, em parceria com os estados, efetivar mudanças curriculares e aprimorar a formação dos professores. Sabemos que essa é uma área frágil no nosso sistema educacional. O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento. Vamos continuar apoiando nossas universidades e estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da

nossa sociedade. O Ciência Sem Fronteiras vai continuar garantindo bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 100 mil jovens brasileiros. (...) O Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. (...) Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global. Manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (Celac), sem discriminação de ordem ideológica. Agradeço, inclusive, a presença de meus queridos colegas e governantes da América Latina aqui presentes. Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos e com o mundo árabe. Com os Brics, nossos parceiros estratégicos globais - China, Índia, Rússia e África do Sul -, avançaremos no comércio, na parceria científica e tecnológica, nas ações diplomáticas, na implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e na implementação também do acordo contingente de reservas. (...) O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é este destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir (...). Já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações saí uma pessoa melhor e mais forte. Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático e a vontade de lutar e de construir este país cada vez melhor. Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma sobrevivente. Também enfrentei doenças mas, se me permitem, quero dizer mais: pertenço a uma geração vencedora. Uma geração que viu a possibilidade da democracia no horizonte e viu ela se realizar. Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro - ele também, um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica de seus sonhos. Luta para realizá-los. Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

Fonte: Site do Palácio do Planalto³.

Na seção seguinte, exponho como e quando o discurso presidencial em questão entra nos jogos de tensão internacional. A análise dos aspectos linguísticos desse texto será confrontada com os aspectos contextuais de sua produção.

³ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

Análise de dados

Do ponto de vista da EPC, o discurso da ex-presidenta Dilma Rousseff inclui dimensões culturais, como valores de responsabilidade social de combate à exclusão de todos os cidadãos por meio da educação. A retórica, arte de bem argumentar, cumpre função humana, social, cultural, política e econômica. Portanto, está ligada a valores morais, sociais, filosóficos, econômicos, culturais e políticos de cada povo, em cada época.

Só a educação liberta um povo e lhe abre as portas de um futuro próspero. Democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação; significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados, aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade. (ROUSSEFF, 2015)

Seguindo a linha da EPC – a qual enfatiza que as esferas econômicas e políticas são sempre culturais e aposta na inerente improbabilidade da acumulação estável de capital com base somente nas forças de mercado –, essa apelação presidencial dirige-se àquilo que, culturalmente, grande parte da sociedade brasileira considera importante – educação, democracia, universalização do ensino – para sustentar as investidas políticas e econômicas na educação, inclusive, por parcerias público-privadas (PPP). Contudo, como diz Mulderrig (2016, p. 107), discursos governamentais com foco em educação articulada com discurso nacionalista e com um discurso amplo de igualdade de oportunidades a todos costumam redefinir igualdade e justiça social como vastas oportunidades para se entrar em competições abertas.

O discurso presidencial não define o que é *educação de qualidade*, expressão que, em termos neoliberais, significa mais em menos tempo e ao menor custo. Também ignora que as vantagens econômicas, sociais e culturais de alguns significa que a competição nunca será justa, apagando desigualdades sociais que comprometem a emancipação pela educação já na origem da competição. Daí as duras críticas atuais por parte de segmentos da sociedade brasileira ao que se chama meritocracia, sobretudo, em contextos neoliberais.

No que diz respeito ao discurso de EBC, o texto presidencial enquadra o conhecimento como estratégia para a liderança e defende que os setores produtivos devem se aproximar das universidades. Alinha os objetivos das universidades – voltadas ao desenvolvimento social – aos objetivos de programas de formação técnico-profissional, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Ciências sem Fronteiras – voltados para a competitividade nacional.

O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira. Darei especial atenção ao Pronatec Jovem Aprendiz, que permitirá às micro e pequenas empresas contratarem um jovem para atuar em seu estabelecimento. Vamos continuar apoiando nossas universidades e estimulando sua aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia e da nossa sociedade. O Ciência Sem Fronteiras vai continuar garantindo bolsas de estudo nas melhores universidades do mundo para 100 mil jovens brasileiros. Daremos prioridade ao desenvolvimento da Ciência, da tecnologia e da inovação, estimulando e fortalecendo as parcerias entre o setor produtivo e nossos centros de pesquisa e universidades. (ROUSSEFF, 2015)

O Pronatec foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de expandir, de interiorizar e de democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O Ciência sem Fronteiras, por sua vez, é um programa que busca promover a consolidação, a expansão e a internacionalização de ciência e tecnologia, de inovação e de competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. As universidades públicas, ao contrário, carregam em si também o dever de contrapartidas sociais em benefício dos excluídos, naquilo que Mészáros (2008) chama de educação para além do capital. Pensadores brasileiros considerados os pilares da educação pública no Brasil – Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Florestan Fernandes – defendem a educação pública como aquela que visa à igualdade social, que liberta o povo da opressão e a emancipação da América Latina.

Para Fairclough (2006a, p. 47), as atuais mudanças históricas da economia industrial (séculos XIX e XX) para a EBC sugerem várias mudanças na economia de produção, que eleva o conhecimento ao mesmo nível de outros fatores de produção. As empresas devem mapear, capturar e mercantilizar bases de conhecimento para direcionar produtos e serviços estabelecendo parcerias colaborativas com universidades de modo a construir redes de excelência e vencer competitividades internacionais. Daí o investimento do governo na ciência e na tecnologia e daí também a premiação a universidades que criam cultura empreendedora. Contudo, mesmo em tempos de aceleração tecnológica, o conhecimento científico deve manter-se relevante para o homem, ser histórico, e não apenas para o mercado.

Do ponto de vista da governança, como aponta Fairclough (2006a, p. 48-49), discursos que falam da participação do governo e da iniciativa privada sugerem um papel para o governo e um papel para o comércio. O primeiro cria as condições para o segundo, uma vez que o papel do governo é investir em capacidades (ciência e tecnologia) para promover o empreendedorismo, estimular inovações, ajudar os negócios com vantagens competitivas, promover a competitividade pela modernização. As empresas privadas, por sua vez, devem transformar esse conhecimento

científico e tecnológico em sucesso comercial internacional. Contudo, no globalismo, o governo deve saber quando intervir e quando se manter afastado. (FAIRCLOUGH, 2006a, p. 49.)

Com o Programa de Investimentos em Logística, demos um passo adiante, construímos parcerias com o setor privado, implementando um novo modelo de concessões que acelerou a expansão e permitiu um salto de qualidade de nossa logística. Asseguramos concessões de aeroportos e de milhares de km de rodovia e a autorização para terminais privados nos portos. (...) Assim, a partir de 2015 iniciaremos a implantação de uma nova carteira de investimento em logística, energia, infraestrutura social e urbana, combinando investimento público e, sobretudo, parcerias privadas. (ROUSSEFF, 2015)

Duas questões rondam o governo por parcerias: 1) esclarecimento de até que ponto essas parcerias são equilibradas; 2) Estado mínimo é o fundamento ideológico do neoliberalismo, e as PPP, corolário da perspectiva de privatização dos bens públicos. Pergunta-se, por exemplo, se tais parcerias realmente melhoram os serviços para as pessoas que deveriam se beneficiar deles. Pergunta-se também sobre a participação desses mesmos cidadãos que são o alvo ou que são afetados por essas parcerias, que têm como característica a participação ou a consulta aos cidadãos: qual a distância entre a retórica e a realidade?

Para Mazetto (2015), as PPP são um instrumento de política pública de um Estado neoliberal porque são determinadas pela lógica da acumulação de capital e porque apontam no sentido da ideologia da privatização e da terceirização, ambas elementos fundantes do neoliberalismo. O autor defende que os princípios neoliberais determinam que as políticas públicas sejam dirigidas apenas a grupos em extrema situação de emergência e que tais políticas sejam repassadas para agentes privados que, na ideologia neoliberal, estariam mais aptos e seriam mais competentes para operar com benefícios sociais. Assim, reforça-se a ideia de Estado mínimo e estimula-se o desenvolvimento de segmentos privados, que passam a executar as políticas sociais públicas.

A articulação das PPP com o neoliberalismo está no fato de elas serem uma forma não manifesta ou direta de privatização, com o objetivo de proporcionar novos e rentáveis espaços econômicos para o mundo burguês e seu empreendedorismo lucrativo. Nessa parceria, é imprescindível que o poder público permita garantias adequadas que tornem o projeto rentável e adequado ao capital, o que se faz com o Estado garantindo o capital envolvido e assumindo riscos. A lógica atende, portanto, muito mais aos interesses empresariais envolvidos do que à população, alvo das políticas públicas.

Como a maioria dos discursos da matriz retórica brasileira, o discurso de posse da ex-presidenta Dilma, por ocasião de sua reeleição, oscila entre sinais e afirmações. Os mecanismos de

construção e de organização desse discurso o tipificam como um discurso de propaganda (BONFIM, 2004), uma vez que a audiência já aderiu ao seu projeto: Dilma Rousseff fora reeleita. Como tal, aproxima-se da agenda neoliberal e do discurso de propaganda e de vencedor de Fernando Henrique Cardoso⁴, também reeleito, em 1999, mas se afasta do discurso de FHC, basicamente economicista e sem apelo humanista, apresentando um discurso de persuasão: “Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança.” (ROUSSEFF, 2015)

Oscila frequentemente também em relação ao discurso presidencial de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, considerado, em vários pontos, um discurso de continuidade daquele de FHC. Dilma aproxima-se ao elaborar, como Lula, as ideias de participação de todos, de projeção de mudanças, de redução de conflitos internos e externos, de, sobretudo, combate à corrupção:

Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção. (...) Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma. (ROUSSEFF, 2015)

Aproxima-se de seu antecessor também na construção da identidade da oradora, configurando, sobre si mesma, uma imagem positiva com base na própria história de superação de dificuldades e com base no apoio recebido (de ter sido reeleita). Esse segundo discurso de posse da ex-presidenta Dilma Rousseff é tanto persuasivo – lida com afetos, com a empatia; procura despertar compaixão por uma pessoa ou causa –, quanto convincente – lida com a racionalidade (provas, índices). A convicção é uma aquiescência fundada em provas de uma evidência irresistível e vitoriosa. A persuasão, distintamente, é uma aquiescência fundada em provas menos evidentes, porém, mais próprias a interessar ao coração. Aquela é filha da razão e do domínio da inteligência; esta é obra sobre o coração e depende da sensibilidade do auditório (BONFIM, 2004). O discurso presidencial aqui considerado tende mais para a persuasão do auditório: compartilha sentimentos, procura despertar sua compaixão pelo orador e o repúdio por algo vil, como a corrupção, assunto ao qual Rousseff dedica seis parágrafos, entre eles:

Já estive algumas vezes um pouco perto da morte e destas situações sai uma pessoa melhor e mais forte. Sou ex-opositora de um regime de força que provocou em mim dor e me deixou cicatrizes, mas não tenho nenhum revanchismo. Mas este processo jamais destruiu em mim o sonho de viver num país democrático (...). Por isso, sempre me emociono ao dizer que eu sou uma

⁴ O Governo FHC é considerado neoliberal por haver sido eleito pelo Plano Real, por permitir a precarização legal dos direitos trabalhistas, por defender a diminuição do papel do Estado, por defender ampla privatização, por manter altas as taxas de juros e por abrir o mercado financeiro nacional ao especulativo capital internacional. Mais em Negrão (2017).

sobrevivente. Também enfrentei doenças (...). Essas duas características, elas me aproximam do povo brasileiro - ele também, um sobrevivente e um vitorioso, que jamais abdica de seus sonhos. Luta para realizá-los. Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. (...) Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. (ROUSSEFF, 2015)

Quanto ao movimento da argumentação, o discurso presidencial sob análise, como a maioria dos demais discursos políticos, é estruturado como um movimento da argumentação epistêmica (o que é) para a argumentação normativa (o que deveria ser). Entre os muitos movimentos do texto, estão a educação e a cidadania, para as quais devem convergir todos os esforços.

Na perspectiva da ADC, o discurso político, desde a origem dessa teoria, é um dos gêneros de estudo privilegiados. Fairclough (2010) admite que discursos políticos têm permeado todo o seu trabalho em ADC, sobretudo ao tratar do *New Labour* na Inglaterra e da crescente percepção do declínio das democracias em decorrência do enfraquecimento das esferas públicas. Isso porque análises linguísticas dão consistência a análises políticas, uma vez que mudanças de linguagem são importantes para análise de mudanças políticas. Ele elenca três principais razões para análises linguísticas do discurso político, sobretudo, em tempos de novo trabalhismo – rompimento com a História e com as tradições dos partidos dos trabalhadores – e de enfraquecimento democrático: 1) filosofias, estratégias e valores do novo trabalhismo não são previamente dados; são construídos, falados e repetidos nos discursos, inclusive, nos presidenciais; 2) modernização ou reinvenção de governos associados ao novo trabalhismo enfatizam representações públicas que demandam análise linguística; 3) políticas contemporâneas se centram na personalidade de líderes políticos, cujo estilo comunicacional é profissionalmente desenhado, o que demanda análises linguísticas e semióticas.

Fairclough (2000) caracteriza o discurso político, discurso de poder, como um espaço de lutas entre grupos sobre diferentes aspectos da vida social, inclusive, da distribuição de recursos em sentido amplo. Daí sua linguagem de desacordos, de dissidências e de polêmicas. Por isso, na perspectiva da ADC, interessam-me a Avaliação presidencial do neoliberalismo ou da resistência; a Modalidade, que define seu grau de afinidade com uma ou outra proposição; a Tecnologização do discurso, que revela a tendência discursiva presidencial ao controle da vida das pessoas pelo discurso dos especialistas, tendência essa mercantil; e a Democratização, que retira as assimetrias de prestígios discursivo e linguístico entre ela e os brasileiros, a quem seu discurso se destina. Esses serão os aspectos linguísticos considerados.

Avaliação e Modalidade andaram juntas no discurso presidencial aqui explorado. Em termos de Modalidade (FAIRCLOUGH, 2001) – grau de afinidade do falante com uma proposição –, o que a ex-presidenta afirma a envolve na verdade da proposição da necessidade das parcerias privadas para o desenvolvimento da Logística Nacional, da Ciência, da Tecnologia, da inovação, da regulação de mercados. Em relação à Avaliação – apreciações, juízos de valor ou identificação com aspectos do mundo (FAIRCLOUGH, 2003) –, há pressuposições de que mudanças positivas se relacionam a parcerias com o setor privado, como garantia de avanço. Contudo, nenhuma alusão à participação popular nessas decisões foi citada. Em ambas – Modalidade e Avaliação – “o pressuposto fundamental é o de que o Estado não dispõe de recursos para fazer frente aos novos desafios impressos pela reorganização social em vigor, especialmente da necessidade de crescimento econômico e desenvolvimento social.” (MAZETTO, 2015).

Segundo Mazetto (2015), a defesa da incapacidade do Estado brasileiro está estampada de forma latente na Mensagem Presidencial nº 623/2003 do Governo FHC, que institui normas gerais para licitação e contratação de PPP no âmbito da administração pública, para fundamentar o projeto de lei sobre as PPP. No texto, tais parcerias são indispensáveis para o crescimento econômico em face das enormes carências sociais e econômicas do país. Tais carências seriam supridas mediante a colaboração positiva dos setores público e privado (BRASIL, 2003). Mazetto (2015) observa que as parcerias foram concebidas no final do Governo FHC em parceria com os ditames do FMI, mas se corporificam, efetivamente, no Brasil com a Lei 11.079/2004, no Governo Lula, sendo oficialmente chamadas de Parceria-público-privadas (PPP). Sua conclusão é a de que a política pública desenvolvida em benefício do capital desmente diferenciações tão acentuadas entre esses dois governos (MAZETTO, 2015).

Por sua vez, a Tecnologização do discurso – constituição de sistemas de especialidades cujos domínios são as práticas discursivas das instituições, sobretudo, as públicas – relaciona-se à tendência das sociedades modernas, cada vez mais mercantilizadas, ao controle cada vez maior da vida das pessoas, nas instâncias públicas e privadas (FAIRCLOUGH, 2001). Trata-se de uma das características de Ordens Discursivas (OD) modernas: “Expressão de mudanças acentuadas na linguagem que manifestam a vida em sociedade e a cultura de determinado grupo social.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 264)

Smirnova (2011) interpretou a definição faircloughiana de Tecnologização como a constituição de sistemas de especialidades cujo domínio são as práticas discursivas das instituições públicas, com alteração no léxico do discurso. Para ela, a noção de Tecnologização de Fairclough baseia-se nas ideias foulcautianas de síntese entre poder, conhecimento (tecnologia) e discurso. A

autora sintetiza o termo no exercício do poder e da influência, ou do controle, por parte de peritos, sobre a vida e a opinião das pessoas por meio de certas ferramentas linguísticas:

Quando a discussão se dá sobre a forma como a tecnologização é colocada em prática, podemos destacar a seguinte redação: 'duas expressões são texturizadas, textualmente construídas, numa relação de equivalência' (Fairclough, 2006:42); uma 'duplicação' é criada por meio de certos termos (Foucault, 2003:15). No contexto de seus estudos, N. Fairclough fala sobre sinais semântica e pragmaticamente diferentes igualados um ao outro (por exemplo, a globalização e liberalização econômica). (SMIRNOVA, 2011, p 2-3).

Para Smirnova, a Technologização do discurso se dá em três níveis. O primeiro é o da sintaxe, no caso do discurso aqui considerado, por meio do ritmo e da reiteração. No discurso da ex-presidenta, observo a reiteração do que não foi feito em governos anteriores pela repetição do *nunca*. As frases curtas e diretas (na construção sujeito, verbo, objeto) dão ritmo dinâmico e gradualmente progressivo ao texto. A repetição sistemática do tempo verbal no passado na primeira parte do texto, do gerúndio no meio do texto e do futuro na segunda metade reforça esse ritmo, com a repetição da estrutura *vamos/vai continuar* nessa segunda metade.

O segundo nível da Technologização do discurso é aquele da exploração de significados arquetípicos e de interpretações culturalmente estabelecidas. É o que Smirnova (2011, p. 7) chama de *estranhamento tecnológico*. O entendimento literal de estranhamento (ou desfamiliarização) é a desabilitação de percepções automatizadas. Em outras palavras, o objeto é retirado de seu contexto familiar de percepção e colocado em outro. O familiar é apresentado como não familiar por meio de mudanças em sua forma, mas não em sua natureza. A essência do estranhamento tecnológico é a mudança sintática em que o perito explora a força pragmática de um contexto conhecido gerando novos significados no interior desse contexto familiar ao ouvinte. O efeito-chave é a criação da visão perita do objeto que deve ser absorvida acriticamente pelo ouvinte. Ilustro esse nível da Technologização com o excerto:

Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas. Nunca tantos brasileiros tiveram acesso ao ensino técnico e à universidade. Nunca o Brasil viveu um período tão longo sem crises institucionais. Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção. (ROUSSEFF, 2015).

Aqui, o especialista no discurso confiou nos bem-conhecidos discursos de Camões e de Luiz Inácio Lula da Silva que recorreram frequentemente às expressões “nunca dantes” e “nunca

antes [na história deste país]”, respectivamente, em *Os Lusíadas* e em discursos políticos, reaproveitando esses signos e criando um *continuum* de identidade e de emoção lusófona e brasileira. Essas construções, uma ou outra, são bem-conhecidas por parte dos brasileiros. É também o que Fairclough (2006b) chama de Emergência, um objeto de pesquisa mais amplo que indica como um novo discurso é constituído pela articulação de elementos de discursos anteriores.

O terceiro nível da Tecnologização, conforme Smirnova (2011, p.8), é a referência a objetos alegadamente existentes no contexto. No pensamento platônico, é a imitação de existências reais. Neste nível, o perito em discurso cria pseudorreferências para dar segurança ao interlocutor por meio de referências alegadamente existente nos contextos desses mesmos interlocutores. Bons exemplos de pseudorreferência no texto da ex-presidenta são *crise* e *corrupção*, inimigas do povo. Sempre associadas a crises econômicas e a corrupções no governo, elas justificam e legitimam o discurso em suas muitas declarações de necessidade de parcerias privadas.

Apesar desse alinhamento do discurso presidencial ao avanço neoliberal na esfera pública, a narrativa presidencial é também um discurso de atribuição de poder (*empowerment; enablement*) ao povo, para alcançar o reequilíbrio do poder entre os agentes sociais, sobretudo, mulheres e desfavorecidos perante empresários e grandes produtores, assim como ao Brasil, para alcançar o reequilíbrio entre nações, sobretudo, perante os organismos internacionais. Há uma Avaliação Positiva e uma Modalidade Subjetiva em relação à importância de um governo para e com o povo: “mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.” (ROUSSEFF, 2015)

A ex-presidenta resiste à tese neoliberal de que a estabilidade econômica se opõe ao crescimento do investimento social, valendo-se de uma retórica que inclui Avaliação Positiva e Modalidade Subjetiva em relação aos direitos e aos programas sociais conquistados:

Assim como provamos que é possível crescer e distribuir renda, vamos provar que se pode fazer ajustes na economia sem revogar direitos conquistados ou trair compromissos sociais assumidos (...) Vamos, mais uma vez derrotar a falsa tese que afirma existir um conflito entre a estabilidade econômica e o crescimento do investimento social, dos ganhos sociais e do investimento em infraestrutura. (ROUSSEFF, 2015).

O Brasil, como outros países latino-americanos, é representado, no discurso neoliberal, como país emergente. Há, no discurso da ex-presidenta, uma Avaliação Positiva e uma Modalidade Subjetiva em relação ao fortalecimento do Brasil na resistência aos grandes blocos econômicos e políticos mundiais, como o G7:

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é este destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir. (ROUSSEFF, 2015).

Em termo de Avaliação, o discurso presidencial indica como necessária a permanência do Brasil como líder mundial em políticas sociais transformadoras. Busca empoderar os Brics com a criação do Banco de Desenvolvimento desse grupo, visando ao reequilíbrio de forças dos países dos blocos globais para a construção de modelos alternativos de práticas sociais igualmente globais, multilaterais.

O Brasil vai continuar como o país líder, no mundo, em políticas sociais transformadoras. Com os Brics, nossos parceiros estratégicos globais – China, Índia, Rússia e África do Sul –, avançaremos no comércio, na parceria científica e tecnológica, nas ações diplomáticas e na implementação do Banco de Desenvolvimento dos Brics e na implementação também do acordo contingente de reservas. (ROUSSEFF, 2015).

Fairclough (2006a, p. 64) se refere aos conceitos de escala – espaço, ou entidade espacial, em que relações econômicas, políticas, sociais e culturais diversas e processos são articulados como um tipo de coerência estruturada – e de reescala – construção de novas escalas para incluir Estados-Nações – como um dos aspectos da globalização. Reescala é a construção de novas relações entre escalas globais e locais (*glocalization*), inclusive, escalas macrorregionais, como Mercosul, Nafta e os próprios Brics. Para Fairclough (2006a, p. 66), um dos aspectos da globalização contemporânea é que escalas nacionais estão perdendo supremacia em favor de reescalas para se alcançar novas configurações entre regimes de acumulação e modos de regulação social visando a ganhos políticos ou econômicos. O discurso presidencial aponta nessa direção de fortalecimento de novas reescalas:

Manteremos a prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe, que se traduzirá no empenho em fortalecer o Mercosul, a Unasul e a Comunidade dos Países da América Latina e do Caribe (Celac), sem discriminação de ordem ideológica.(...) Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos e com o mundo árabe. (ROUSSEFF, 2015).

O Brasil, como os demais países considerados emergentes ou em desenvolvimento, sofre pressão daqueles que Fairclough (2006a, p. 67) chama de *arquitetos ocidentais da transição* no avanço global da economia capitalista baseada nos princípios neoliberais de liberalização, de mercado aberto e de livre comércio, para adotar o Programa de Ajuste Estrutural (ou Consenso

de Washington) do FMI, cuja narrativa associa insucessos econômicos a intervenções estatais e sucessos econômicos a mercados abertos. Para minimizarem tais pressões, distanciarem-se das economias desenvolvidas do G7 e converterem seus crescentes poderes econômicos em maior influência geopolítica, os Brics se constituem uma reescala em dimensão macrorregional.

Blocos regionais internacionais são mecanismo para gerar aos países grandes impactos no mercado global, mas também podem, potencialmente, impedir a unificação desse mesmo mercado global dando suporte a economias, a políticas, a valores e a culturas divergentes, note-se, pela via pacificadora, e não pelo conflito (FAIRCLOUGH, 2006a, p. 68-69). Por isso, a ex-presidenta do Brasil reafirmou, em seu discurso, o Banco de Desenvolvimento dos Brics como uma alternativa para os países em desenvolvimento para além do FMI e do Bird, cujas políticas têm sido consideradas, pelos países emergentes, pouco representativas dos seus interesses:

Nossa inserção soberana na política internacional continuará sendo marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não intervenção e respeito à soberania das nações, pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, e pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio ambiente e pelo multilateralismo. Insistiremos na luta pela reforma dos principais organismos multilaterais, cuja governança hoje não reflete a atual correlação de forças global. (ROUSSEFF, 2015).

Em termos de Modalidade, o que a ex-presidenta afirma a envolve explicitamente na verdade da proposição da importância do bloco na independência econômica brasileira em relação aos grandes blocos. É uma Modalidade Subjetiva que reforça a importância que ela dá ao empoderamento regional.

Em estreita relação com a Modalidade, o pronome “nós” inclusivo – como em “nosso” e em “insistiremos” – marca a Democratização do discurso. Aqui, a ex-presidenta se refere a todos nós como um país, ressaltando nossa identidade como nação, como um bloco coeso contra as políticas dos organismos financeiros internacionais. O uso desse pronome, em vez de *o governo*, sinaliza o que Fairclough (2001) chama Democratização do discurso, a tendência para uma linguagem mais informal e a remoção de marcas textuais explícitas de assimetrias de poder. Assim, o governo, com o seu tom autoritário, pode ter sido removido em favor de *nós*, a fim de criar um discurso mais coerente com as afirmações de democracia participativa. O apoio da ex-presidenta Dilma Rousseff à influência da América Latina nos mais importantes centros políticos e econômicos mundiais está declarado em um discurso democratizado que reforça a identidade nacional de país emergente que briga por um espaço para além daqueles delimitados pelos mercados centrais. No

entanto, o discurso democratizado pode, de fato, ser simplesmente um meio de disfarçar essas assimetrias de poder, em vez de removê-los (MULDERRIG, 2016, p. 104-105).

O impasse que Mulderrig abre – se a democratização do discurso retira ou não assimetrias de poder entre falante e ouvinte – pode ser considerado se o “nós inclusivo” democratizante for confrontado com o “nós exclusivo” da eficiência, da primeira parte do discurso de Dilma Rousseff, que marca um governo dinâmico, trabalhando para o cidadão, mas não com ele. O discurso presidencial, sobretudo, na primeira parte, não inclui o destinatário, mas somente o falante e o grupo do qual ele faz parte porque se refere ao governo, e não ao governo mais a população. Essa exclusão se reafirma com a alternância do “nós exclusivo” com o “eu”. Em termos funcionais, o “nós exclusivo” é, majoritariamente, agente de processos materiais, tanto em ações já alcançadas, quanto em ações planejadas, criando um quadro de governo dinâmico e comprometido, note-se, com modernização, com implementação, com mudança, com reforma por meio de parcerias privadas, sobretudo, para aquilo que chama de educação de qualidade (aproximação com os setores mais dinâmicos da nossa economia) e logística de qualidade (parcerias com setor privado e concessões⁵). Seu papel é múltiplo: estabelece metas e estratégias.

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome. Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo. (ROUSSEFF, 2015).

O “nós exclusivo” não comporta consulta popular. O “nós inclusivo”, sim. A alternância de ambos no texto presidencial sugere uma agenda governamental, ora voltada à iniciativa privada, sem consulta popular, ora voltada à construção e ao fortalecimento de uma identidade de Nação, para a qual envolve o povo brasileiro. Esse confronto dos “nós”, portanto, sugere que a democratização do discurso presidencial esconde ações governamentais antidemocráticas.

⁵ **Concessão pública** é o contrato entre a Administração Pública e uma empresa particular, pelo qual o governo transfere ao segundo a execução de um serviço público, para que este o exerça em seu próprio nome e por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário, em regime de monopólio ou não. (BRASIL, 2003).

Considerações Finais

Fairclough (2006a, p. 40-41) lembra que os pressupostos da globalização – sobretudo, o de que ela se refere à liberação e à integração global dos mercados – se assentaram como fato no pós-Segunda Guerra Mundial e que, com os problemas econômicos dos anos 1970, a ideia de liberalização de mercados ganhou o suporte dos Estados mais poderosos do planeta – EUA, com Ronald Reagan, e a Inglaterra, com Margaret Thatcher – e de agentes e de agências que tais países efetivamente controlam, como Bird, FMI, OMC, OCDE, assim como de corporações privadas. Esse apoio foi e é fundamental para a retenção e a operacionalização do discurso globalista da globalização. Foi a ideologia globalista que criou o espaço para a alta e livre de constrangimentos atuação dessas corporações sob o pressuposto de que o mercado funciona melhor sem interferências estatais, contribuindo para legitimar e para encobrir a consolidação e a extensão de assimetrias de poder e de riqueza.

Segundo Farias (2009), a adoção de políticas neoliberais na América Latina remonta a 1985 com o lançamento do Plano Baker, elaborado para restaurar o crescimento nos países endividados porque as estratégias anteriores de ajustes econômicos fracassaram. Para ele, as políticas neoliberais foram adotadas de modo generalizado nesse continente nas décadas de 1980 e 1990 em decorrência da alegada crise do desenvolvimentismo desse período causada pela excessiva intervenção governamental na economia dos países latino-americanos. A partir desse momento, o remédio seria a redução do papel do Estado nessas economias. Inicia-se, então, o abandono do desenvolvimentismo e abre-se o caminho para o neoliberalismo. Discursivamente, o que houve, e há, é a defesa da substituição de uma política má, a governamental, por uma milagrosa, a privada. À época, tal substituição enfrentava apenas alguns movimentos esquerdistas considerados nostálgicos. Acreditava-se que as políticas neoliberais triunfariam nos países avançados e que a globalização “era o destino da economia internacional” (FARIAS, 2009, p. 180). Logo, tais políticas seriam benéficas às economias latino-americanas.

Porém, o ambiente internacional é muito mais desafiador para a economia doméstica dos Estados, e o entendimento das relações internacionais, hoje, incorpora o capitalismo, especialmente, quando países mais afluentes são considerados (FARIAS, 2009, p. 187). Aqui, entra o conceito de hegemonia que, na teoria gramsciana, não pode ser obtida apenas por coerção, mas por consentimento, crucial para o funcionamento de uma ordem internacional. Consentimentos são obtidos com inculcamento de ideias, por isso, deve-se saber como a difusão e a adoção de ideias funcionam, sobretudo, pelo discurso.

O neoliberalismo é muito mais persuasivo que impositivo, pois ele permaneceu após o fim das políticas desenvolvimentistas pelo inculcamento de vontades neoliberais na América Latina. Foi apoiado por instituições com muitos recursos, como o FMI, tanto pela coincidência com as situações nacionais, quanto pelo importante papel dos organismos internacionais nessa difusão. Mais recentemente, Farias (2009), retomando o fracasso do desenvolvimentismo dos anos 1980, passando pelo avanço neoliberal na América Latina nos anos 1990 e pensando esse avanço nos anos 2000, desenvolve o argumento de que a difusão neoliberal no continente dependeu, em parte, do funcionamento do conjunto de instituições de princípios neoliberais, que ele chama de coalizão ideacional, constituída pelo Departamento do Tesouro norte-americano, pelos Institutos de Finanças Internacionais (IFI) e pelos *think tank*. Esses membros dessas coalizões ideacionais compartilham as mesmas crenças e interesses, que direcionam o comportamento da coalizão.

Refletindo esse cenário, o discurso presidencial aqui analisado aponta para o globalismo, para a tecnologização e a democratização, oscilando entre ditames neoliberais e resistências. Essas oscilações se materializam também por Avaliações e por Modalidades discursivas. Para Fairclough (2006b), discursos como o presidencial aqui analisado se mostram como alternativas mais atraentes do que o opaco exercício das autoridades burocráticas. Materializam-se como práticas discursivas que tentam resolver diferenças de interesse pela cooperação, e não pelo conflito.

O discurso presidencial é, portanto, um discurso aparentemente democrático de venda das realizações governamentais e tem como objetivo um Brasil mais competitivo e líder no mundo em práticas sociais transformadoras. Parte dessas mudanças passa por transformações nas relações entre governo e setor privado. Há ênfase nas parcerias para a governança, gerando o que Fairclough (2006b) chama de duplo movimento: descentralização e parceria, esta última sugerindo cooperação com base na competição para se alcançar novos modelos e padrões globais. Não rompe com seu antecessor, Lula, no empoderamento da América Latina e das relações entre Brasil, Japão e África defendendo falta de hegemonia nas relações internacionais por meio de relações internacionais multilaterais, mas também não rompe totalmente com o discurso economicista de FHC, que iniciou a legalização das PPP.

O significado e o impacto desse discurso específico vêm do lugar de fala do emissor – neste caso, a ex-presidenta de um país emergente economicamente, mas com sérios problemas sociais –, em um contexto específico – de reeleição e de luta para fazer o país continuar avançando. O vocabulário de *mudança*, de *qualidade*, de *competitividade* justifica e naturaliza o de *privatização*, o de *concessões*, o de *combinação público e privado*, o de *expansão do crédito privado*, pertencentes ao mundo neoliberal. O que há aqui é a equivalência entre signos semântica e pragmaticamente diferentes. Por isso, Fairclough (2006b) chama a atenção para o fato de que se

levantam preocupações sobre a democracia, uma vez que há reivindicações de que relações desiguais de poder não mudaram fundamentalmente apesar da retórica de parceria e de participação popular; de que esses procedimentos aparentemente abertos e transparentes apenas contribuem para o enfraquecimento das formas de ação civil, das campanhas e das disputas necessárias à saúde das sociedades democráticas; e de que a governança de parceria é parte de uma bateria elaborada e cada vez mais internacional de tecnologias sociais para a imposição e a legitimação de uma solução neoliberal de caráter fundamentalmente antidemocrático.

Evitando a ênfase nessa determinação social descrita acima sobre o discurso ou a ênfase no discurso sobre esse cenário social global, reflito sobre essa relação dialética entre linguagem e sociedade relacionando a estrutura discursiva em questão ao contexto desse discurso, procurando contribuir, no que defende o caráter transdisciplinar da ADC, para a Ciência Política (VAN DJIK, 1997). O discurso político deve ser politicamente contextualizado, em articulação com os outros momentos da prática social, uma vez que suas estruturas e características podem mostrar como ele toma parte em eventos e em processos políticos dos quais faz parte. No discurso aqui analisado, as palavras presidenciais oscilam entre alinhamentos e resistências, apontando o jogo de tensões políticas em cenários internacionais cada vez mais competitivos, nos quais o Brasil tem um papel fundamental na afirmação da América Latina.

Referências

BARBOSA, A. J. Mais que palavras (prefácio). In: BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE Editora, 2004.

BONFIM, J. B. B. *Palavra de presidente: discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE Editora, 2004.

BRASIL. *Projeto de Lei 2546/2003*. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública. 19. nov. 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=144047&st=1>. Acesso em: 14 abr. 2017.

FAIRCLOUGH, N. *New labor, new language?* London, NY: Routledge, 2000.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. MAGALHÃES, I. (Coord. de trad., revisão téc. e pref.). Brasília: Editora UnB, 2001. (Original: *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992).

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London, NY: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Language and globalization*. New York: Routledge, 2006a.

FAIRCLOUGH, N. *Governance, partnership and participation: cooperation and conflict*. 2006b. Disponível em: <http://www.academia.edu/3823891/Governance_partnership_and_participation_cooperation_and_conflict_2006_>. Acesso em: 21 maio 2016.

FAIRCLOUGH, N. *Critical discourse analysis*. UK: Pearson Education, 2010.

FARIAS, A. J. Difusão do neoliberalismo na América Latina. *Tensões Mundiais*. Revista do Observatório das Nacionalidades. v. 5. n. 8 . jan/jun 2009. Fortaleza: Observatório das Nacionalidades. Disponível em: <<https://www.social.org.br/revista8.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. FIKER, Paul (Trad). São Paulo: Unesp, 1991.

GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, Ulrich. *Modernização reflexiva*. política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

HIRST, P.; THOMPSON, G. *Globalização em questão*: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. BRANT, Wanda Caldeira (Trad.). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998 – (Coleção Zero à Esquerda).

JESSOP, B. *Cultural political economy and critical policy studies*. 2015. Disponível em: <<http://bobjessop.org/2015/01/26/cultural-political-economy-and-critical-policy-studies/>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

MAZETTO, F. E. Estado, políticas públicas e neoliberalismo: um estudo teórico sobre as parcerias-público-privadas. *Caderno de Estudos Interdisciplinares*. 2015. Disponível em: <<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cei/article/view/406>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008 – (Coleção Mundo do Trabalho).

MULDERRIG, J. Consuming education: a critical discourse analysis of social actors in new labour's education policy. PDF. *Journal for Critical Education Policy Studies*. v. 1, n. 1. ISSN 1740-2743. Disponível em: <<http://www.jceps.com/archives/398>>. Acesso em: 21 maio 2016.

NEGRÃO, J. J. de O. *O governo FHC e o neoliberalismo*. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf> . Acesso em: 10 maio 2017.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. Análise de discurso crítica: do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

ROUSSEFF, D. *Discurso da presidenta da república, Dilma Rousseff, durante compromisso constitucional perante o congresso nacional*. Palácio do Planalto. 01/01/2015, 16h49, última modificação 06/01/2015, 17h42. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>>. Acesso em: 16 jan. 2016.

SMIRNOVA, U. V. The linguistic characteristics of the technologization of discourse. *Journal of Siberian Federal University. Humanities & Social Sciences* 1 (2011 4) 37-49. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/9512748/The_Linguistic_Characteristics_of_the_Technologization_of_Discourse>. Acesso em: 27 abr. 2016.

VAN DJIK, T. *What is political discourse analysis?* 1997. PDF. Disponível em: <<http://www.discourses.org/OldArticles/What%20is%20Political%20Discourse%20Analysis.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.